ANA MARIA GOLDANI

RETRATOS DE FAMÍLIA EM TEMPOS DE CRISE[1]

O Brasil inicia os anos 90 com o persistente desafio de combater a inflação e redefinir o papel do Estado na economia, tratando de minimizar a situação alarmante da crescente miséria e pobreza de sua população. Se a crise de 1981 aprofundou o fosso das diferenças sociais e regionais, a de 1991 deixou a nu o "inferno astral" da classe média brasileira, alcançada também pela ameaça de desemprego, pelo medo e pela insegurança. Ou seja, a pobreza saiu da porta para dentro da casa destas camadas sociais que reagem com desânimo e admitem que na luta pela sobrevivência se começa a ficar "insensível e não preocupado com os outros". Isto é o que revelam 19% dos entrevistados no auge da crise da década passada, outubro de 1983, e 40% dos entrevistados dos mesmos setores, em novembro de 1991[2].

O processo de reestruturação que vive o país nos inícios dos anos 90 remete à década anterior, quando, em um quadro de conjuntura internacional adversa, o modelo econômico brasileiro dependente se esgotou e teve início um dos períodos mais recessivos da história do país. Os inúmeros planos econômicos e programas sociais e a perda gradativa de eficiência do setor público se refletiram na piora das condições de vida para grandes parcelas de população. A tudo isto se soma um processo de concentração de renda que gera uma desigualdade brutal e dá ao Brasil mais um título, o de "campeão mundial da desigualdade". O país se moderniza em muitos aspectos mas os números da "perversidade" mostram que os 50% mais pobres ficaram ainda mais pobres e os 5% mais ricos saíram da década ainda mais ricos, ficando com 39% da renda ao invés dos 34% que tinham no início[3].

---

[1] Este trabalho incorpora parte dos resultados e comentários que fiz no capítulo La Família Brasileña en Transición, publicado pela CEPAL no livro *Cambios en el Perfil de las Famílias: la experiencia regional*. Santiago do Chile Libros de la CEPAL 36, capítulo VI, p. 155-183.

[2] Pesquisa realizada pela Standard, Ogilvy & Mather em 1991 nas capitais sedes das áreas metropolitanas do país.

[3] MILLER, Lilian. Pobreza e Distribuição de Renda no Brasil: a década de 80 (mimeo). Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

No plano social, uma análise na área da saúde não resiste à euforia causada por alguns progressos indiscutíveis. Mesmo com ganhos de cerca de cinco anos de esperança de vida, a população volta a enfrentar epidemias como meningite, dengue, cólera etc. Os efeitos da crise sobre o custo da alimentação fazem com que o brasileiro tenha uma dieta adequada em termos calóricos mas insuficiente em termos protéicos. Os gastos sociais do governo federal, que tenta contrapor-se à crise, revelam uma elevação de menos de 1% *per capita* durante o período[4].

A incapacidade do sistema para satisfazer as demandas da população, a falência do Estado de Bem-Estar Social (*Welfare State*) e a ênfase no modelo neo-liberal, favorecendo as iniciativas pessoais e privadas, aparecem como o pano de fundo de uma tendência crescente de transferência de responsabilidades do Estado (tradicionalmente paternalista) para a comunidade e a família. Assim, frente à piora das condições de vida e à deterioração progressiva de um Estado teoricamente protetor das classes populares, haveria um ressurgimento da família. Família esta cujas dimensões teriam sido ampliadas por uma rede de solidariedades que ultrapassariam os limites dos laços de parentesco por sangue ou adoção.

Dentre as estratégias da população brasileira para enfrentar a crise talvez a mais dramática tenha sido justamente adiar ou cancelar os projetos de formação de novas famílias, bem como refrear a expansão das já existentes. Um exemplo disto são as quedas na probabilidade de casar-se e nas taxas de fecundidade no país no referido período. As probabilidades de casar-se por primeira vez, que vinham em aumento na década anterior, diminuem em cerca de 27% e a taxa total de fecundidade cai em cerca de 20% no período 1980/84. O mesmo fenômeno de queda ocorreu em todas as regiões do país mas foi particularmente forte nas áreas rurais, onde a probabilidade de casar caiu em cerca de 36% e a fecundidade total em cerca de 23% no mesmo período[5]. Estas tendências nacionais são confirmadas ao final da década para a região Nordeste. Em 1991 esta região mostra uma taxa de fecundidade 30% menor (a taxa de fecundidade total caiu de 5,3 em 1981 para 3,7 filhos em 1991) e os dados sugerem disrupções matrimoniais mais freqüentes. Entre as mulheres casadas nos cinco anos anteriores à pesquisa se observa que dos 60 meses que elas, potencialmente, teriam em união, em somente 69% deste tempo permaneceram unidas.

Portanto, foi adiando os planos de casamento e a vinda do primeiro filho, deixando de ter mais filhos, divorciando-se ou mesmo migrando para as grandes cidades que a população brasileira tratou de enfrentar a crise dos

---

[4] MÉDICI, André César. Sem Régua e Compasso: população, emprego e pobreza no Brasil dos anos 80 (mimeo). Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

[5] GOLDANI, Ana M., MCCRACKEN, Steve e PULLUM, Thomas. Demographic Change and Instability in Brazil during a period of Economic Crisis (mimeo). Baltimore: PAA, 1989

anos 80. Com isto se diversificaram os modos de vida, as formas de morar e as relações de hierarquia e poder. Na busca de trabalho nas cidades as pessoas passam a morar sozinhas e deixam, muitas vezes, suas famílias em outras regiões. Neste sentido, os movimentos de população, sobretudo de áreas urbanas do Nordeste para o Sudeste, respondem por boa parte do crescimento das famílias com chefes mulheres, fenômeno relativamente maior nas áreas metropolitanas do Nordeste.

Entre os impactos mais visíveis das mudanças demográficas dos anos 80 sobre os arranjos domiciliares se observa: 1) uma queda no tamanho médio das famílias, de 4,6 para 4,1 pessoas entre 1980 e 1989; 2) a diminuição do crescimento médio anual no número de famílias, que passa de 3,7% entre 1970/80 para 3,4% no período 1981/88; 3) a perda da importância relativa do arranjo casal com filhos, que representou 60% do total do crescimento das unidades domésticas na década 1970/80 e que contribuiu tão só com 48% do crescimento destas entre 1981/89; 4) o maior peso das famílias monoparentais entre os arranjos domésticos; representavam 16% do crescimento total das unidades domésticas em 1970/80 e passaram a representar 22% entre 1981/89; 5) um persistente aumento na proporção de famílias com chefes mulheres, de cerca de 11% em 1981 para 18% em 1989.

Entretanto, reestruturar a família e diminuir seu tamanho não bastou. Foi necessário o ingresso de um maior número de pessoas no mercado de trabalho para manter o orçamento familiar. Isto significou a entrada da mulher e dos filhos no mercado de trabalho fazendo com que a participação da mulher brasileira nele alcançasse 35% em 1989. No período da crise as desigualdades por gênero teriam diminuído em termos de rendimento médio; a relação teria caído de 1,97 para 1,88 no período 1981/89. Isto poderia estar associado ao nível médio de escolaridade mais elevado entre as mulheres que operaria em seu favor em um momento de crescente seletividade do mercado de trabalho. O impacto disto para minorar os efeitos da recessão sobre a família fica claro na crescente participação das cônjuges no orçamento familiar.

Na região metropolitana mais rica do país, a Grande São Paulo, quase dois terços das famílias existentes em 1981 não podiam contar exclusivamente com seus chefes para a sobrevivência cotidiana, quer pela insuficiência de seus salários (39%) quer pelo desemprego (5%) ou inatividade (20%) devida, sobretudo, a invalidez, doença ou aposentadoria[6]. Esta situação, que indica a precariedade das condições de vida das famílias que dependem exclusivamente do salário do chefe (cerca de 36%), teria se agravado ainda mais nos inícios da década de 90, quando os dados mostram que 70% da renda familiar seguem dependendo da contribuição

---

[6] TELLES, Vera da Silva Trabalho e Família. a produção das diferenças entre trabalhadores urbanos (mimeo). *Relatório Final de Pesquisa. São Paulo: ANPOCS/FORD 1987/1988, 1988.*

individual do chefe[7]. Estes resultados gerais sugerem o quão importante o trabalho das mulheres e dos filhos passa a ser para a sobrevivência familiar e colocam em questão o modelo familiar estruturado em torno da figura do chefe provedor.

A constante preocupação e insegurança com as condições objetivas de vida para a maioria da população tem ofuscado as demais contradições e desigualdades da sociedade brasileira e dificultado a construção de um modelo explicativo que contemple a complexidade, contradições e lutas existentes no interior desta sociedade. Neste contexto se encontram as pouco estudadas e mal digeridas questões sobre as mudanças nas estruturas familiares. Ao contextualizar as mudanças pelas quais passam as famílias brasileiras deve-se ter presente as desigualdades regionais e raciais e os macro-processos, *grosso modo* caracterizados por ciclos econômicos combinando crescimento e recessão, movimentos de redemocratização das instituições políticas, lutas por direitos civis básicos, conquista da cidadania e processos de modernidade excludentes.

Este trabalho enfatiza as relações entre os processos demográficos e as estruturas familiares, tendo por base os dados dos censos de população e as pesquisas nacionais por amostras de domicílio (PNADs) e tendo como período de referência maior as ocorrências da última década. As questões que orientam a organização deste trabalho são:

I) Como se estruturam as unidades domésticas no Brasil, e qual a contribuição dos seus diferentes arranjos internos para seu crescimento?

II) Quantas e quem são as famílias e as "não-famílias"?

III) Qual a dinâmica interna das famílias a partir da perspectiva das trajetórias das mulheres?

V) Quais os processos mais estreitamente relacionados com as mudanças nas unidades domésticas e na família brasileira?

VI) Quais as perspectivas futuras das famílias brasileiras?

A família aqui é vista como um processo de articulação das trajetórias de vida de seus membros, que se constrói e reproduz no contexto das relações de classe, étnicas e de gênero. Ou seja: a família não seria algo homogêneo e nem os papéis familiares seriam complementares. Assim, o ponto de partida é que a família como algo multifacetado e com múltiplos arranjos impõe como tarefa descobrir como suas estruturas incorporam as hierarquias de classe, raça, gênero e idade, fontes geradoras de desigualdades e que responderiam pela forma e significado das mesmas.

Os comportamentos individuais, ao largo das trajetórias de vida familiar, refletiriam "estratégias frente a uma estrutura de oportunidades mais do que a internalização de normas, atitudes e outras predisposições de

---

[7] SEADE, Fundação. Perfil das Famílias Chefiadas por Mulheres. In: Série da Pesquisa de Condições de Vida-PCV: uma abordagem multissetorial São Paulo· SEADE, 1993.

conduta, resultantes da socialização". As normas da família não estariam dadas, mas resultariam de acordos elaborados através da interação familiar, como sugere Elder[8].

Da articulação das trajetórias individuais definem-se estágios de desenvolvimento da família e, portanto, estruturas diferenciadas de família. Estruturas estas que jogam um papel decisivo sobre as "chances" individuais, com implicações diretas sobre as trajetórias dos membros da família. O exemplo mais comum é o da estreita e documentada relação entre pobreza e famílias com chefes mulheres, sem cônjuge e com filhos menores[9]. Também a discussão das relações entre recessão, família e pobreza tem reiterado o papel fundamental da estrutura familiar (em seus diferentes estágios) na determinação dos níveis de participação dos membros da família na força de trabalho, na renda familiar, bem como na "suscetibilidade" das famílias à conjuntura econômica[10].

O perfil demográfico de como se estruturam e crescem as unidades domésticas no Brasil

Ao traçar o perfil dos arranjos domésticos, tendo como referência as fontes de dados secundários[11], estou restrita aos critérios de co-residência, relação de parentesco e dependência doméstica entre as pessoas residentes

---

[8] ELDER, Glen H. Jr. (ed.). *Life Course Dynamics: trajectories and transitions, 1968-1980.* Ithaca: Cornell University Press, 1982.

[9] BARROS, Ricardo Paes de e FOX, Louise. Female Headed Households, Poverty and the Welfare of Children in Urban Brazil (mimeo). Rio de Janeiro: IPEA, 1990.

[10] OLIVEIRA, Cavalcanti L. Zuleica. Família e Trabalho: arranjos em tempo de crise (mimeo). Rio de Janeiro: IBGE, 1989; BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens e GOTTSCHALK, Andréa. Recessão, Pobreza e Família: a década pior do que perdida. *São Paulo em Perspectiva* 4(1), p. 100-109, jan./mar. 1990. Fundação SEADE, São Paulo; MONTALI, Lilia. Família e Trabalho na Grande São Paulo. notas sobre arranjos familiares na crise do início dos anos 80. VII Encontro Nacional de Estudos Populacionais da Associação Brasileira de Estudos Populacionais - ABEP, vol 1, p. 209-230. Caxambu, Minas Gerais, 1990.

[11] As maiores fontes de dados secundários sobre estrutura domiciliar são os censos de população e as Pesquisas por Amostras de Domicílios (PNAD) cujos dados são coletados, processados e divulgados oficialmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O IBGE define família como "um conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica, que vivessem no mesmo domicílio", ou "pessoa que vivesse só, em domicílio particular". Foi ainda considerado como família "todo conjunto de no máximo cinco pessoas, que vivessem em domicílio particular, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica".(IX Recenseamento Geral do Brasil-1980. Vol. 1 tomo 6 número 1, p. XXV). Os dados referem-se, portanto, às famílias residentes em domicílios particulares e às informações das pessoas residentes nos domicílios da amostra. A amostra nos censos de 1970 e 1980 foi de aproximadamente 25% dos domicílios particulares e pessoas neles recenseadas. No caso da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1981 e 1989 a definição de família permanece como a do censos de população, com uma pequena diferença: o limite máximo de cinco pessoas, para o conjunto sem parentesco residindo em domicílios particulares, não foi estabelecido. Portanto, a definição de família para o IBGE, tanto nos censos como na PNAD, equivale ao de unidade doméstica residencial e não à concepção mais comum, que é o de família como um grupo de pessoas conviventes que mantêm vínculos de parentesco resultantes de consangüinidade ou de adoção. Entre as vantagens da coleta das informações do IBGE no âmbito da unidade doméstica, e não só da família de parentesco, destacam-se as possibilidades de reconstrução de diferentes universos.

nos domicílios particulares. Isto significa que, em geral, o que se pode discutir são as estruturas das unidades domésticas e poucas vezes se pode reconstituir os processos que respondem pela diversidade destas[12]. Para efeitos de análise, distinguimos neste trabalho entre os domicílios ou unidades domésticas organizados como "famílias" e aqueles que chamamos "não-famílias".

Nas últimas duas décadas, o número total de domicílios particulares praticamente dobrou (18,4 a 36,6 milhões no período 1970/1989). Durante o mesmo período, o número de pessoas morando nestas unidades aumentou em 59%, (89,9 a 143,2 milhões de pessoas). Isto resultou em uma diminuição de cerca de 23% no tamanho médio das mesmas, ou seja, de 4,8 para 3,9 pessoas. No processo de crescimento do total das unidades domésticas, a contribuição diferencial dos tipos de arranjos internos aponta para a dramática diminuição no peso relativo do arranjo conjugal mais tradicional - casal com filhos - e o aumento das famílias monoparentais. Representando cerca de 60% do crescimento total na década 70/80, este arranjo doméstico passa a representar apenas 48% deste crescimento nos anos 81/89. Por outro lado, destaca-se o incremento na participação das famílias monoparentais (mãe ou pai com filhos), cujo peso relativo passou de 16% para 22%, e o das unidades unipessoais (pessoas vivendo sozinhas), cuja contribuição no mesmo período passou de 8% para cerca de 11% do crescimento total das unidades domésticas.

Portanto, no final da década de 80 os brasileiros continuavam morando, preferencialmente, em unidades domésticas organizadas por laços de parentesco, mesmo sendo os arranjos domésticos do tipo "não-famílias" os que mais cresceram. As últimas estatísticas mostram que, do total de domicílios particulares em 1989, 92,6% estavam organizados ao redor de uma família do tipo: casal com filhos (61%), casal sem filhos (12,5%), monoparental (15,2%) e outros arranjos familiares (3,4%). Do restante dos domicílios particulares, 7,4% eram formados por uma pessoa vivendo só (6,8%) ou por um grupo de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco (1,20%).

A maioria das unidades domésticas brasileiras é formada por uma só família mas no caso de unidades plurifamiliares (cerca de 10%) as famílias que compartem residência o fazem com o grupo de parentesco. Ou seja, quando duas ou três famílias estão sob um mesmo teto, em geral, os chefes das famílias secundárias são ou filho (a) casado (a) ou só com filhos, genro, pais ou sogros do chefe e proprietário da habitação. As maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes, acima da média urbana, encontradas para estes domicílios plurifamiliares se deve ao fato de que muitos destes arranjos incorporam famílias em estágios críticos do ciclo vital. São muitas mulheres sós com filhos, pessoas idosas ou casais na fase de formação de suas famílias que, por falta de condições, compartilham uma mesma moradia.

---

[12] Poucas pesquisas domiciliares, do tipo PNAD, oferecem histórias de eventos que permitam reconstruir processos. Quando isto ocorre as histórias são, apenas, sobre eventos demográficos, como foi o caso da PNAD 84 e mais recentemente das pesquisas de saúde e planejamento familiar da BEMFAM.

Os dados mais recentes confirmam a tendência de nuclearização e cada vez menor participação de "outros parentes" nas unidades domésticas. A proporção de casais ou de famílias monoparentais que compartilhavam a residência com outros parentes diminuiu de cerca de 14% para 12% no período 1981-1989.

A proporção das unidades domésticas brasileiras com chefes mulheres praticamente dobrou, de 10,7% para 20%, entre 1960 e 1989. A distribuição das mulheres chefes de domicílio por *status* matrimonial[13] mostra que, no total, predominam as viúvas, as solteiras e as divorciadas, nesta ordem, tanto em 1970 como em 1980. Chama a atenção, no entanto, que neste período os incrementos maiores de famílias com chefes mulheres tenham ocorrido entre as mulheres solteiras, seguidas das divorciadas e viúvas (Tabela 1).

Tabela 1 - Brasil 1970/80: Unidades Domésticas com Mulheres Chefes, Segundo Situação Matrimonial

Situação Matrimonial	1970	1976	1980	% Câmbio 1970/80
Solteiras	19.5	22.9	24.7	105.7
Casadas	-	-	1.9	-
Viúvas	55.1	51.3	49.5	45.8
Divorciadas/Separadas	25.1	25.7	23.5	51.9
Sem Declaração	0.3	0.1	0.4	116.7
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
N(C)	2,417	3,501	3,924	1,507

Fonte : GOLDANI, Ana Maria Women's Transitions: the intersection of female life course. Family and demographic transition in twentieth century Brazil. Dissertação de Ph D , Universidade do Texas em Austin, 1989.

As unidades domésticas brasileiras em 1989 se diferenciam por cor, sexo e regiões de residência de seus chefes. Por cor se encontra que, do total, 57,7% eram chefiadas por brancos (as), 36% por pardos (as), 5,7% por pretos (as) e 0,6% por amarelos (as). As diferenças destes arranjos domésticos vêm marcadas por uma maior proporção de famílias monoparentais entre pretos (21%) e pardos (18%) em comparação com brancos (14%). Na raiz destas diferenças estão as diferentes dinâmicas demográficas de brancos e não brancos marcadas pela discriminação. Por exemplo, as persistentes diferenças de esperança de vida, cerca de sete anos a mais para os brancos, as

[13] Infelizmente as pesquisas domiciliares da década de 80 não perguntaram o estado matrimonial da população brasileira, fato que dificultou sobremodo este trabalho de análise. Os dados do suplemento da PNAD 1984 só oferecem esta informação para mulheres de 15-54 anos

menores probabilidades de casar e menores taxas de fecundidade entre os pretos até 1960 e a mestiçagem e elevadas taxas de fecundidade entre os pardos são alguns dos elementos que explicariam o crescimento destas populações e as suas chances desiguais de formarem famílias[14].

Como um fenômeno crescentemente urbano, as unidades domésticas com chefes mulheres têm sua representatividade aumentada em 18% no total do país e de 33% nas áreas metropolitanas, no período 1978/86 (Tabela 2). As diferenças regionais mostram que é nas áreas metropolitanas da região mais pobre do país, Nordeste, que mais aumenta a participação das mulheres chefes de família. Assim, em Fortaleza aumentou em cerca de 31%, em Salvador 26% e em Recife 20%. Nas áreas metropolitanas do Sudeste, a chefia feminina aumentou em cerca de 33% no Rio de Janeiro, 25% em São Paulo e 18% em Belo Horizonte. Já no Sul, tanto Curitiba como Porto Alegre tiveram um aumento de cerca de 25% nas famílias com chefes mulheres, ficando Belém, no Norte do país, com o menor crescimento, 15% no período 1978/1987 (Tabela 2).

Tabela 2 - Brasil e Regiões 1950/89 - Proporção de Famílias com Chefes Mulheres

Regiões Metropolitanas	1978	1981	1983	1985	1987	% Câmbio 1978/87
Nordeste						
Fortaleza	18.8	21.0	22.2	23.8	24.6	30.8
Recife	22.7	24.3	23.6	25.6	27.2	19.8
Salvador	20.8	21.7	22.5	25.3	26.2	26.0
Sudeste						
Belo Horizonte	20.3	20.0	21.7	23.3	23.9	17.7
Rio de Janeiro	18.3	21.2	21.7	23.0	24.3	32.8
São Paulo	15.3	16.4	17.2	18.8	19.1	24.8
Sul						
Curitiba	14.5	17.3	15.5	18.4	18.1	24.8
Porto Alegre	16.9	19.1	19.4	20.5	21.2	25.4
Norte						
Belém	23.5	24.7	25.7	25.6	27.1	15.3
	1950	**1960**	**1970**	**1980**	**1986**	**1989**
Brasil						
Total	12.1	10.7	13.0	15.6	18.4	20.2
Urbano	-	14.0	15.7	18.0	20.6	22.4

Fontes: GOLDANI, 1989, op. cit.; BARROS E FOX, 1990, op. cit..

[14] BERQUÓ, Elza. Demografia da Desigualdade: algumas considerações sobre os negros no Brasil. VI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, *Anais* ABEP vol. 3, 1988

As análises por situação matrimonial e cor, nas chamadas idades reprodutivas, 15-54 anos, mostram ainda mais nitidamente alguns dos fenômenos demográficos relacionados com o aumento das mulheres chefes (Tabela 3). De predominantemente viúvas, em 1960, as chefes passam a ser solteiras em sua maioria em 1984. Por um lado a queda da mortalidade em ambos os sexos aumentou o potencial de tempo da mulher como viúva nas idades reprodutivas e por outro o aumento de separações e divórcios possibilitou novas famílias. Já o aumento das chefes solteiras resultaria da combinação das tendências de maiores taxas de chefia entre as solteiras o que, por sua vez, aparece associado com um incremento de 3% para 11% nas mulheres solteiras com filhos de 1960 para 1984 (Tabela 3).

Tabela 3 - Brasil 1960-84 - Distribuição das Mulheres Chefes de Família De 15-54 anos segundo a cor e o estado civil

Situação Marital	1960				1984			
	Brasil(A)	Branca	Parda	Preta	Brasil(A)	Branca	Parda	Preta
Chefe de Família	5.1	4.2	6.0	8.5	9.8	8.7	10.7	15.2
Solteira	23.2	20.8	23.4	31.1	45.4	40.5	48.1	53.7
Casada (B)	1.6	1.9	1.3	1.0	2.9	2.8	3.3	2.5
Viúva	49.1	53.3	45.6	42.7	20.7	22.4	19.4	19.0
Divorciada/ Separada	26.1	24.0	29.7	25.2	31.0	34.3	29.2	25.0
Total	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
N(C)	908	457	311	137	1350	677	519	131

Fonte: GOLDANI, A M . A "Crise Familiar" no Brasil Hoje. *Travessia*, revista do migrante 9, ano IV, janeiro-abril, 1991, São Paulo.

(A) Brasil inclui uma pequena proporção de asiáticas e outros grupos étnicos.

(B) Inclui uniões consensuais, só civil, civil e religioso, só religioso.

(C) Em milhares.

A maior parte das unidades domésticas brasileiras em 1989, 77%, encontra-se em áreas urbanas, e 1/3 delas está abaixo da chamada linha de pobreza. Com um rendimento médio mensal de 7,2 salários mínimos, são as unidades domésticas formadas por mãe com filhos e sem cônjuge as que apresentam os rendimentos mínimos, de 3,9 salários mensais, e no outro extremo estariam os casais com filhos e parentes, com uma renda média mensal de 8,9 salários mínimos. Com cerca de 40% da população urbana residindo em domicílios classificados como pobres, em 1989 verifica-se que 12% destes apresentavam uma pobreza estrutural, 21% seriam os pobres mais recentes e 6% pobres com necessidades básicas insatisfeitas. As diferenças de pobreza entre regiões caracteriza dois países: o do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o do Sul e Sudeste[15].

As unidades domésticas "não-famílias": o fenômeno do aumento do número das pessoas morando sozinhas

Mesmo representando apenas 7,4% do total das unidades domésticas em 1989 (cerca de 2,697 milhões), os arranjos do tipo "não-famílias" confirmam a tendência de décadas passadas e apresentam os maiores valores nas taxas anuais de crescimento no período 1981-89. Neste período os arranjos unipessoais crescem a taxas de mais do que o dobro (5,9%) daquelas observadas para o tradicional arranjo familiar, do casal com filhos (3,4%).

O perfil das unidades domésticas chamadas não-famílias está dado, fundamentalmente, pelas unidades unipessoais (pessoas residindo sozinhas) posto que os grupos de duas ou mais pessoas sem relação de parentesco em 1989 ainda representaram uma proporção muito pequena do total destas unidades. Na medida em que os arranjos unipessoais representam formas de arranjos domésticos alternativos, cabe perguntar: Quem são as pessoas vivendo sós? Que fatores respondem pelo brutal aumento em suas taxas de crescimento na última década, e que relações isto pode ter com a diminuição nas taxas de crescimento de arranjos conjugais?

A Tabela 4 mostra que os arranjos unipessoais em 1989 são predominantemente urbanos (78,8%), em estágios avançados de ciclo vital, e em geral trata-se de domicílios pobres, onde 41% têm uma renda média mensal de até um salário mínimo. Mais da metade das pessoas que residem sozinhas (58%) está na condição de economicamente ativa e 1/4 destas são trabalhadores manuais urbanos.

Com uma população feminina ligeiramente superior à masculina (52%), mas com uma estrutura etária bastante diferenciada por sexo, o

---

[15] BRANDÃO LOPES, Juarez Rubens. Brasil, 1989. Um Estudo Sócio-econômico da Indigência e da Pobreza Urbana (mimeo), 1992; GOLDANI, Ana Maria. Desigualdade Racial nas Trajetórias de Vida Familiar das Mulheres Brasileiras. In: LOVELL, Peggy (org.), *Desigualdade Racial no Brasil Contemporâneo*. Belo Horizonte, MG: CEDEPLAR-FACE-UFMG, 1991

incremento de 71% dos arranjos unipessoais no período 1981-89 resultou da combinação dos seguintes fenômenos:

1) uma crescente opção de jovens solteiros , sobretudo homens, de residirem sós, o que aliás coincide com a concentração de 40% das pessoas entre os trabalhadores não manuais e trabalhadores manuais urbanos. Entre 1981 e 1989, aumentou a participação relativa de pessoas de 15-39 anos, com os homens passando de cerca de 38% para 41%, e as mulheres de 16% para 19% (Tabela 4). Os diferenciais por sexo nestas idades se dão via maior participação masculina no mercado de trabalho e menores idades de união para mulheres (a idade mediana ao casar em 1984 era de 20 anos)(Tabela 5).

2) um aumento da longevidade, que faz com que homens e mulheres vivam mais tempo na condição de viúvos e mantenham seu próprio domicílio, tal como sugerem as elevadas proporções de pessoas de 60 anos e mais entre os que residem sozinhos. O fato destas proporções serem praticamente o dobro entre as mulheres reflete, por um lado, a contínua maior esperança de vida feminina (hoje em cerca de sete anos), o que, somado às diferenças de idade ao casar (quatro anos a mais para os homens), faz com que aumente a probabilidade de viuvez para as mulheres. Probabilidade esta que em 1984 era de 0,5, e que faz com que as mulheres brasileiras tenham chance de passar ao redor de 12% de sua vida adulta na condição de viúvas. Por outro lado, as baixas taxas de recasamento entre as viúvas - de cada 100 viúvas apenas 57 voltariam a unir-se - somadas à maior intensidade de recasamento entre homens viúvos, também, atuam no sentido de aumentar o número de arranjos unipessoais no período 1981-89 (Tabela 5).

Assim, também, a combinação da longevidade maior com fecundidade menor aumenta a probabilidade das pessoas, sobretudo mulheres idosas, viverem sozinhas. Neste sentido, os arranjos unipessoais representariam, muitas vezes, a etapa da desagregação do núcleo familiar conjugal.

3) uma maior propensão entre divorciados e separados de residirem sozinhos nas idades 30-59, somada ao fenômeno de crescente ruptura matrimonial voluntária (a probabilidade de separação e divórcio mais que dobrou durante os últimos 30 anos), estaria sendo determinante para o aumento nas taxas de crescimento dos arranjos unipessoais. Ou seja, as unidades unipessoais masculinas nestas idades intermediárias estariam predominantemente definidas por separados e divorciados, enquanto que, para as mulheres, já pesa a viuvez. Portanto, o crescimento dos arranjos unipessoais está dado por homens mais jovens solteiros e mulheres mais velhas e viúvas.

Tabela 4 - Brasil 1981/89: Características das Unidades Domésticas Unipessoais (Pessoas de 15 anos e Residindo Sozinha)

Características das Pessoas Morando só	Total		Pessoas c/ 60 E +	
	1981	1989	1981	1989
Sexo	100.0	100.0	100.0	100.0
Homens	49.0	47.8	32.7	32.8
Mulheres	1.0	52.2	67.3	67.2
Situação de Domicílio	100.0	99.0	100.0	100.0
Urbana	76.2	78.8	72.4	75.8
Rural	23.8	20.2	27.6	24.2
Condição de Atividades	100.0	100.0	100.0	100.0
Ativos	55.5	58.2	21.1	22.2
Empregadores	2.0	2.6	1.1	1.2
Trabalhadores Não Manuais	11.5	14.8	2.1	2.4
Trabalhadores Manuais Urb.	24.7	26.3	8.2	9.2
Empregados Domésticos	2.8	3.5	1.5	1.0
Trabalhadores Rurais	13.1	10.0	8.0	8.3
Não Remunerados	0.1	0.1	0.1	0.0
Procurando Trabalho	1.3	0.9	0.1	0.1
Sem Declaração	-		-	-
Inativos	44.5	41.8	78.9	77.8
Rendimento Médio Mensal	100.0	100.0	100.0	100.0
Até 1 SM	46.7	41.3	65.2	59.5
Mais de 1 a 2 SM	21.1	19.8	15.6	16.4
Mais de 2 a 3 SM	10.1	10.8	6.3	7.3
Mais de 3 SM	19.3	25.3	10.8	14.4
Sem Rendimento	2.2	2.0	1.4	1.4
Sem Declaração	0.6	0.8 I	0.7	1.0
	Homens		**Mulheres**	
Idade	100.0	100.0	100.0	100.0
15-29	20.5	21.4	7.2	8.6
30-39	17.5	19.2	8.9	10.8
40-59	33.0	30.8	26.7	26.8
60 E +	29.0	28.6	57.2	53.8

Fonte : PNAD 1981 E 1989.

Tabela 5 - BRASIL 1984: Características da Nupcialidade Feminina por Cor

	Total	Brancas	Pardas	Pretas
A) Padrão de Primeiros Casamentos				
Proporção Alguma vez Casadas	0.902	0.911	0.898	0.846
Idade Mediana ao Casar	20.1	20.3	19.7	20.3
Proporção Eo na Condição Solteira	0.388	0.355	0.400	0.432
Proporção da Vida Adulta na Condição de Solteira	0.202	0.177	0.200	0.240
B) O Estado de Casada				
Duração Esperada do Casamento	28.6	32.9	25.4	21.5
N° Casamentos por Pessoa que se Casa	1.080	1.070	1.120	1.140
Proporção da Eo na Condição Casada	0.657	0.468	0.411	0.348
Proporção da Vida Adulta na Condição de Casada	0.551	0.583	0.521	0.441
C) Padrão de Viuvez				
Proporção da Eo na Condição de Viúva	0.178	0.096	0.098	0.104
Proporção da Vida Adulta na Condição de Viúva	0.117	0.120	0.125	0.132
D) Padrão de Divórcio				
Taxa de Divórcio aos 20-24 Anos	0.260	0.210	0.300	0.460
Proporção Eo na Condição Divorciada	0.107	0.096	0.121	0.147
Proporção da Vida Adulta na Condição de Divorciada	0.130	0.120	0.154	0.187
E) Padrão de Recasamentos				
Taxas de Recasamentos após Divórcio	0.621	0.600	0.640	0.620
Taxas de Recasamentos após Viuvez	0.567	0.641	0.540	0.470

* Casamento aqui é definido como união legal e consensual.
* Divórcio inclui separações e desquites aqui neste caso.
* FONTE: GOLDANI, 1989, op. cit..

Família ou famílias? A diversificação do modelo casal com filhos e a crescente importância do modelo monoparental, da família das mulheres, das crianças e dos idosos

O perfil dos arranjos domésticos organizados como famílias em 1989 mostra que estas têm um tamanho médio de 4,1 pessoas e que o casal, com ou sem filhos (79%), continua sendo o arranjo mais comum. Entretanto, são os arranjos monoparentais, mãe ou pai com filhos, os que cresceram a um ritmo bem mais intenso e representam 16,5% do total das famílias. Os outros tipos de arranjos familiares, também, aumentam e representam 3,4% do total. Formadas por um conjunto de pessoas relacionadas por laços de parentesco, mas sem a presença de um núcleo conjugal, este aumento se relacionaria com as tendências de maior longevidade e com padrões culturais de cuidados de pessoas idosas pela parentela no Brasil.

Mais da metade das famílias brasileiras se encontra em fase de formação ou expansão (chefes com idades médias até 39 anos e mais de 3/4 destes só com filhos menores de 14 anos) e depende da renda do chefe para viver. A proporção média da renda familiar que dependia do chefe, em 1989, foi de 72% e variou segundo os tipos de família. Esta dependência da renda do chefe é maior entre aquelas famílias que têm todos os filhos com menos de 14 anos, principalmente entre as de mães sem cônjuge, nas quais 90% da renda dependia do chefe, e entre casais com filhos, onde esta proporção alcançava 86%.

Com tamanhos diferenciados segundo o local de residência, as famílias mostram um tamanho maior nas áreas rurais: 4,6 pessoas em média contra 4,0 nas áreas urbanas em 1989. Estes diferenciais se mantêm no tempo, muito embora tenha diminuído mais o tamanho das famílias urbanas. Boa parte destas diferenças tem a ver com as variações nos níveis de fecundidade urbano-rurais e regionais, que estão colocados entre os determinantes próximos das estruturas familiares (Tabela 6). Importante observar que, apesar da diminuição do tamanho das famílias, aumentou a proporção dos membros que trabalham. A proporção média das pessoas trabalhando na família era de cerca de 42% em 1989 contra 38% em 1981. São as mulheres cônjuges as maiores responsáveis por estes aumentos. As taxas de atividade da mulher (esposa do chefe) aumentaram de 27% para 37% entre 1981 e 1989 (Tabela 7).

Tabela 6 - BRASIL 1981/89: Famílias e Chefes por Situação de Domicílio Segundo Algumas Carcterísticas.

Caracteísticas da Famílias e dos Chefes	Total		Urbana		Rural	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Perfil das Famílias						
Distribuição (%)	100.0	100.0	74.1	77.0	25.9	22.3
Tamanho Médio	4.5	4.1	4.3	4.0	5.1	4.6
Nº Médio de Filhos	2.5	2.1	2.3	2.0	3.0	2.6
Rendimento Médio Mensal	4.8	6.1	5.8	7.2	2.2	2.7
Rend. Médio Familiar Per Cap.	1.3	1.7	1.5	2.0	-	0.7
Proporção Média da Renda que Depende do Chefe	73.0	71.6	72.4	71.2	77.1	75.5
NºMédio de Pessoas que Trabalham	1.7	1.7	1.6	1.6	2.0	2.0
Características do Chefe						
Idade Média do Chefe	43.2	43.4	42.9	40.2	44.1	44.1
Chefes Homens	83.1	79.9	81.0	77.6	89.1	87.6
Chefes Mulheres	16.9	20.1	19.0	22.4	10.9	12.4
Número Médio dos Anos de Estudo	3.9	4.7	4.7	5.5	1.6	2.2
Tipos de Famílias	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**	**100.0**
I. Conjugal	81.9	79.5	84.2	81.5	86.9	85.6
1 Casal com Filhos	61.2	58.7	58.9	56.6	67.9	65.7
2 Casal com Filhos e Parentes	8.1	7.2	8.4	7.3	7.1	6.7
3 Casal sem Filhos	11.0	11.8	11.4	11.9	9.9	11.4
4 Casal sem Filhos e Parentes	1.8	1.8	1.7	1.8	2.0	1.7
II. Monoparental	14.6	16.8	15.8	18.5	10.3	11.7
1 Mãe ou Pai com Filhos	11.8	14.0	13.0	15.4	8.5	9.5
2 Mãe ou Pai com Filhos e Parentes	2.8	2.8	2.8	3.1	1.8	1.9
III. Outras Famílias	3.5	3.7	3.8	4.0	2.8	2.7

Fonte Perfil de Crianças e Mães no Brasil, IBGE, 1988 E 1991.

Tabela 7 - Brasil 1981/89: Distribuição das Pessoas na Família (1) Segundo Taxas de Atividades por Classes de Rendimento Mensal Familiar *(Per Capita)*.

1981								
Taxas por Classe de Rendimento Familiar (Salários) (2)								
S/ Decl.								
Condições na Família	Total	Até 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1 a 2	+ de 2	s/ Rend.	de Rend.
Total (Pessoas)	52.7	46.7	49.9	53.2	57.1	58.5	34.2	61.6
Chefes	80.9	81.2	80.7	79.8	82.7	83.4	51.2	84.3
Cônjugues	27.5	20.2	23.3	26.4	31.1	38.8	9.2	41.5
Filhos	47.3	40.1	44.9	50.1	54.2	48.5	15.6	60.0
<18	29.9	33.8	32.6	30.8	24.9	12.1	7.1	40.0
>18	74.8	61.9	72.4	77.9	81.3	72.6	52.6	80.4
Outros	40.9	27.6	35.6	41.6	47.4	47.2	15.4	45.4
1989								
Total (Pessoas)	56.3	50.5	51.4	57.3	60.0	61.9	27.4	60.0
Chefes	80.5	82.6	76.8	80.6	82.7	83.7	36.9	81.2
Cônjugues	36.8	29.3	29.9	35.5	38.9	47.2	10.9	46.1
Filhos	49.2	41.4	45.3	52.9	55.1	50.9	9.9	54.3
<18	29.4	34.3	31.7	31.7	26.8	16.4	5.5	29.6
>18	51.7	55.0	55.3	56.4	83.2	80.0	35.1	78.6
Outros	44.3	30.3	36.6	45.0	51.1	49.4	12.3	49.7

Fonte: IBGE, Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981 e Tabulações Especiais, 1989.

(1) Não inclui as pessoas cuja condição na família eram, pensionista, empregado doméstico e parente do empregado doméstico.

(2) Os valores do salário mínimo estão deflacionados em 1989 e portanto são comparáveis ao de 1981.

Há uma estreita relação entre os tipos de família, as etapas do ciclo de vida familiar e a qualidade de vida de seus membros. Em 1989 encontram-se, em um extremo, as famílias formadas pela mãe sem cônjuge e com filhos menores de 14 anos, como as mais pobres e com mais dificuldades de gerar recursos. No outro extremo, estão as famílias de casal com filhos de 14 anos ou mais que apresentam os maiores níveis de rendimento *per capita*, e onde a renda familiar menos depende do chefe (Tabela 8).

Tabela 8 - Brasil 1981/89 - Distribuição das Famílias Segundo o Tipo, Ciclo Vital, Tamanho e Rendimento

Unidades Domésticas Por Tipos de Famílias	Tipo de Família (%)		Tamanho Médio (1)		Nº. Médio Filhos (2)		Rendimento Média (3)		Proporção de Pessoas Trabalhando		Porcen. Média Da Renda que Depende Chefe	
	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989	1981	1989
Total (*)	25,970	33,957	4.5	4.1	2.5	2.1	1.3	1.7	37.8	41.5	73.0	71.6
I. Conjugal (4)	82 1	79.4										
I.1 Casal sem Filhos	12 8	13.6	2.2	2 2	-	-	2.1	2.9	50.0	50 0	81.4	81.1
I.2 Casal com Filhos	69.3	65.8	5.2	4.8	3.1	2.7	1.2	1.6	34.6	39 6	75 0	72 8
Filhos <14 Anos	37.7	36.3	4.5	4.3	2.4	2 2	1.1	1.5	28.9	32.6	86.4	82.1
Filhos >14 Anos	12.2	12 8	4 3	4 2	2.1	2.0	1.9	2 4	51.2	54.8	62.0	69 0
Filhos de Ambas Idades	19.4	16 7	7.1	6.3	5 0	4.2	0.8	1.2	38.0	42.8	67.4	69.0
II. Monoparental	12.4	14.8										
II.1 Mães sem Cônjuges com Filhos	12.4	14 8	3.6	3.4	2 3	2.1	0 9	1 1	38 9	41.2	48 8	52.9
Filhos <14 ANOS	4.1	5 7	3.0	2.8	1 8	1.7	0.5	0 7	23.3	28.6	90.3	93.3
Filhos >14 ANOS	5.7	6 4	3.2	3.1	1 8	1.7	1.3	1.6	46 9	51.6	38.0	36.0
Filhos de Ambas Idades	2.6	2.7	5 4	5 0	4.2	3.9	0.6	0.7	38 9	67.7	47.9	52.1
III. Outras Famílias	5.5	5.8	3.1	2.9	0.8	0.7	1.6	2 0	45.2	48.3	60.5	60 4

Fonte *Perfil Estatístico de Crianças e Mães nº Brasil*, IBGE, 1991.
(1) Não inclui as pessoas cuja condição na família era pensionista, agregado, empregado doméstico e parente destes
(2) Filhos residentes no domicílio.
(3) Rendimento médio familiar *per capita* (em salários mínimos de 1981)
(4) Inclui famílias com ou sem parentes
(*) Valores absolutos em milhares

As famílias monoparentais, sobretudo mulher com filhos, que estão muito mais representadas entre os pobres e negros, têm alimentado o mito da desorganização familiar entre os pobres. De fato, estudos recentes mostram que as maiores probabilidades de serem pobres ou indigentes, acima da média urbana, são encontradas nos domicílios das populações pardas e pretas, dos casais jovens com filhos, dos idosos e dos residentes em domicílios plurifamiliares, sobretudo mulheres jovens, sem cônjuge e com filhos[16].

Quando se comparam as famílias monoparentais chefiadas por mulheres com a média das famílias nas áreas metropolitanas do país em 1989, se observa que 33% das famílias com mulheres sem cônjuge e com filhos estavam abaixo da linha da pobreza, comparado com 23% do total das famílias brasileiras residentes nas áreas metropolitanas que se encontravam nesta condições. As diferenças por cor nestas famílias monoparentais mostram que quase metade das famílias com chefes pretas (49%) estava abaixo da linha de pobreza comparado com 21% entre as brancas, 45% entre as pardas e 7% entre aquelas com chefes amarelas.

O crescimento das famílias monoparentais e seus níveis de pobreza adquirem uma importância ainda maior quando se observa que 11% dos menores de 14 anos do país em 1989 residiam neste tipo de arranjo. Ou seja: 3,3 milhões de crianças menores de 14 anos viviam só com a mãe sem cônjuge. Já os outros 88% das crianças residiam em arranjos formados por casal com filhos, e o restante em outros tipos de arranjos domésticos (Tabela 9). O fenômeno de crianças não residindo com ambos os pais, comumente associado com as más condições de vida das crianças, apesar de relativamente pequeno, foi o que mais aumentou na última década. Enquanto a proporção de crianças (menores de 14 anos) residindo só com a mãe aumentou em 72%, a daquelas vivendo com casais aumentou em cerca de 15% e das residentes em outros arranjos em 20% (Tabela 9).

Tabela 9 - Brasil 1981/89 - Distribuição dos Filhos Residentes com Famílias em Domicílios Particulares Segundo o Tipo de Família

Tipos de Famílias	Filhos Residentes				Crescimento no Período 1981/89	
	Total		< de 14 Anos			
	1981	1989	1981	1989	Total	< 14
Casal com Filhos	87.7	84.5	91.3	87.9	8.3	15.2
Mãe com Filhos	11.7	14.8	7.4	10.8	42.4	72.3
Outras Famílias	0.6	0.7	1.3	1.3	19.9	19.9
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	-	-
Valores Absolutos (000)	63,619	71,499	25,761	30,790	12.4	19.5

Fonte : IBGE, Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1991.

[16] Ibidem; ibidem

Além da maior proporção de crianças vivendo com a mãe, aumentou também o tempo que as mulheres passam na condição de mãe sem cônjuge com filhos e, portanto, as chances de incremento na probabilidade das crianças passarem mais tempo vivendo neste tipo de arranjo doméstico. Assim, considerando-se a mortalidade, fecundidade e nupcialidade das mulheres em idades reprodutivas em 1984, se estima que as mulheres passariam 11,2 anos de sua vida adulta na condição de mãe sem cônjuge e com filhos. Isto representou um aumento de cerca de quatro anos nesta segunda metade do século.

Em diferentes momentos do tempo, nossos estudos mostraram que é entre as famílias com chefes idosos e com chefes mulheres que se encontram as maiores proporções de membros que não fazem parte do núcleo familiar (pais e filhos). Mas constata-se também que, no Brasil, aumenta a proporção de idosos residindo sós - de cerca de 8% em 1980 para cerca de 10% em 1989. Do total destes idosos vivendo sós, cerca de 2/3 eram mulheres em 1989. Assim, os idosos que representavam 22% do total das pessoas vivendo sós em 1970, passaram a representar cerca de 30% em 1980 e 42% em 1989. Isto significa que a maior propensão dos idosos a viverem sós tem contribuído de forma importante para o aumento das unidades unipessoais no Brasil.

A dinâmica interna da família e as trajetórias das mulheres.

As mudanças na "ordem" e "seqüência" dos eventos vitais e o papel da longevidade nas trajetórias familiares das mulheres

Em meados dos anos 80 cerca de 72% das mulheres brasileiras sobreviventes aos 50 anos haviam alcançado a chamada trajetória de vida familiar esperada, ou seja, estavam casadas e tinham filhos. Portanto, cerca de 30% ou permaneceram solteiras, ou não haviam tido filhos ou, ainda, estavam viúvas, separadas ou divorciadas. A proporção de mulheres cumprindo com a trajetória de vida familiar esperada aumentou ao longo do tempo, resultado, sobretudo, da melhoria na esperança de vida para ambos os sexos.

O não cumprimento da trajetória familiar típica ou esperada entre as mulheres ocorre, em termos demográficos, basicamente, pelo aumento das separações e dos divórcios. Os níveis de separações e divórcios mais altos em 1980/84 (pós-transição) significam que as mulheres brasileiras esperariam viver duas vezes mais tempo separadas ou divorciadas do que as mulheres que se uniram nos anos 50 (na fase de transição). Os efeitos destas disrupções matrimoniais sobre os modelos alternativos de família aparecem claramente no aumento da proporção de famílias chefiadas por mulheres.

Mesmo tendo o casamento como a opção preferencial, as estratégias de formação e expansão da família brasileira sofreram alterações importantes. Há uma clara tendência de desassociar os eventos filhos e casamentos. A proporção de solteiras com filhos passou de 2,95% em 1960 para 5,29 em 1970; e de 7,49 em 1980 a 11,0% em 1984. Verifica-se um incremento das concepções pré-maritais, bem como o adiamento do início

do processo de procriação, para diferentes períodos e em todos os grupos raciais, com efeitos sobre a organização e o tamanho final da família. As diferenças raciais mostram que as mulheres pardas e negras constróem famílias maiores e de forma mais rápida do que as mulheres brancas.

As dramáticas mudanças na dinâmica interna da família, que se materializam na diminuição do número de filhos, tem início ao redor da metade deste século. A família com quatro e cinco filhos, considerada comum nos anos 50, passa a ser exceção na medida em que se avança no tempo. Isto porque, entre 1955 e 1984, caiu pela metade a probabilidade dos casais com três filhos terem um quarto filho.

As desigualdades na organização da trajetória de vida familiar das mulheres segundo a cor parecem confirmar o pressuposto de diferentes estratégias de comportamento ante uma estrutura de oportunidades na qual a condição racial aparece como fundamental. Os resultados em amostragens mais recentes mostram que as mulheres pretas esperariam viver hoje mais da metade de suas vidas adultas na condição de não casadas ou sem companheiro (56%), sendo menor este tempo para as pardas (48%) e as brancas (42%). Estas diferenças, na propensão das mulheres brancas permanecerem casadas mais tempo, foram inclusive ampliadas. Entre os elementos explicativos para estes diferenciais destacam-se as diferenças de cerca de oito anos a mais na esperança de vida das mulheres brancas bem como os padrões diferenciados de nupcialidade por raça. Estes elementos demográficos refletem as diferentes "chances de vida" das mulheres negras em uma estrutura de desigualdade de oportunidades econômicas, sociais e culturais.

Considerando a união, mas também o nascimento do primeiro filho, como o marco inicial da formação da família, se nota que cerca da metade das mulheres brasileiras alguma vez unidas se tornaram mães com 21 anos, idade esta relacionada com a idade mediana para a primeira união: 20 anos. Em meados dos anos 80, um padrão de idade típico de formação da família no Brasil mostra que, entre as mulheres alguma vez unidas, 62% tiveram seu primeiro filho entre 18 e 25 anos, 16% o tiveram antes dos 18 anos e 22% depois dos 25 anos (Tabela 10). As diferenças raciais[17] no processo de formação da família mostram que há um forte desvio no padrão das mulheres negras, quando comparado com o comportamento da população brasileira total. São as mulheres negras as que em maior proporção (25,3%) assumem uma maternidade "tardia".

[17] Na amostra total de 137 mil mulheres, encontra-se que 57% são brancas, 36% pardas e 6,5% negras.

Tabela 10 - Brasil 1984 - Distribuição das Mulheres Alguma Vez Unidas Segundo as Idades "Precoce", "Típica" (*on time*) e "Tardia" em que se tornam Mães

Porcentagem das Mulheres em Transição para o *Status* de Mãe e Esposa

Brasil Total e Cor	"Precoce" (<18)	"Típica" (18-24)	"Tardia" (25+)
Brasil	16.2	62.3	21.5
Branca	13.8	63.6	17.5
Parda	19.9	61.5	18.6
Preta	18.3	56.4	25.3
Por Coorte de Idade (1): 45-49			
Brasil Total	16.3	65.6	18.1
Branca	14.3	66.1	19.5
Parda	20.7	64	15.3
Preta	19.6	60.1	20.3
30-34			
Brasil Total	11.9	63.4	24.7
Branca	9.8	63.2	26.9
Parda	15.3	63.9	20.8
Preta	12.7	62.9	24.4

Fonte : GOLDANI, 1989, op. cit .

(1) Para efeito de comparação entre as coortes de idade, somente as mulheres que tiveram o primeiro filho até os 30 anos estão consideradas Registre-se que apenas 4 3%, no total das mulheres na coorte mais velha, tiveram o primeiro filho depois dos 30 anos.

O processo de formação da família varia por raça, assim como as concepções pré-maritais e os intervalos de nascimento. A proporção de concepções pré-maritais é da ordem de 19% para mulheres negras, 16% para pardas e 14% para as brancas. Estas diferenças são basicamente pela elevada proporção de nascimentos pré-maritais entre as mulheres negras (Tabela 11). De fato, a união para todos os grupos raciais parece cada vez menos uma variável determinante da fecundidade. Isto somado ao generalizado uso de métodos anticoncepcionais gera as novas condições de reprodução com implicações diretas sobre o processo de construção da família.

Tabela 11 - Brasil 1984 - Fecundidade Pré-Marital e Espaçamento entre o Primeiro Nascimento e o Casamento[1], por Período em que Ocorrem e por Cor da Mãe

Porcentagem Envolvendo: Meses Após o Matrimônio em que Ocorre o Primeiro Nascimento
Nascimeto Gravidez Concepção

PERÍODO/ COR	PRÉ-MARI-TAL(2)	PRÉ-MARI-TAL(3)	PRÉ-MARI-TAL(3)	12	24
1945-54	7.7	6.6	14.3	42.3	76.7
1955-64	6.4	6.5	12.9	40.8	74
1965-74	6.7	9.3	16	39.5	73
1975-84	6	13.6	19.6	36.6	69.6
BRASIL	5.8	9.5	15.3	41.9	73.8
BRANCA	4.8	9.6	14.4	40.5	73
PARDA	7	9.5	16.5	44.1	75.4
PRETA	8.4	10.2	18.6	43.7	72.9

Fonte : Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 1984.

(1) Casamento é definido como união estável, portanto inclui uniões consensuais. Neste estudo, mulheres que declararam viver em uniões consensuais representam 8.3% do total de mulheres alguma vez unidas ou 14.4% das mulheres atualmente unidas.

(2) Nascidos antes do casamento.

(3) Nascidos nos primeiros sete meses de casamento.

(4) Nascimentos pré-maritais mais gravidezes pré-maritais. Isto não inclui perdas fetais espontâneas ou aborto induzido.

Uma visão geral dos padrões de expansão da família mostra que 92% das mulheres brasileiras têm seu primeiro filho dentro dos cinco primeiros anos de união, com um intervalo médio (T) de 14,5 meses e uma dispersão (S) de pouco mais de um ano[18]. O primeiro nascimento é universal entre as mulheres alguma vez unidas, independente de raça ou cor (Tabela 12). Praticamente todas as mulheres nas três categorias raciais tiveram seu primeiro nascimento dentro dos primeiros cinco anos de união, com um tempo médio de intervalo entre a união e o nascimento de 14,8 meses para as mulheres brancas, e ao redor de 14 meses para pardas e negras.

Tabela 12 - Brasil 1984 - Medidas Sumárias para os Cinco Intervalos de Nascimento por Cor das Mulheres

	PRIMEIRO			SEGUNDO			TERCEIRO		
MEDIDAS	B	Pd	Pt	B	Pd	P	B	Pd	Pt
B7	0.144	0.165	0.186						
B9	0.209	0.238	0.251						
B15	0.527	0.564	0.546	0.177	0.245	0.214	0.127	0.195	0.180
B30	0.799	0.817	0.790	0.534	0.643	0.610	0.415	0.476	0.553
B60	0.917	0.920	0.904	0.802	0.863	0.829	0.651	0.803	0.782
T	14.8	14.0	14.1	22.1	21.9	22.5	25.7	22.6	23.7
S	12.4	11.7	12.5	13.2	15.9	15.8	19.1	21.8	16.8

Fonte: PNAD 1984.
T= "Trimean ou Trimedia" E S = "Spread ou Dispersão".
B= Mulheres Brancas.
Pd= Mulheres Pardas.
Pt= Mulheres Pretas.

QUARTO			QUINTO		
B	Pd	Pt	B	Pd	Pt
0.121	0.183	0.182	0.131	0.189	0.190
0.405	0.553	0.566	0.434	0.561	0.556
0.615	0.780	0.775	0.643	0.779	0.800
25.4	23.6	23.4	25.0	23.2	23.9
18.6	16.7	15.6	18.1	16.4	17.2

[18] As medidas sumárias usadas como indicadores do tempo da fecundidade são denominadas *trimean* (T) complementada pelo *spread* (S). O *trimean* é uma espécie de medida central da distribuição, mas que inclui o primeiro e o terceiro quartis. Assim, as assimetrias estarão refletidas nesta medida. O *spread* é uma medida de dispersão. Ambas as medidas são consideradas mais sensíveis do que as médias estatísticas comuns, e estão inspiradas em Tukey. Por outro lado, o *quantum* da fecundidade tem por base os cinco primeiros anos de experiência reprodutiva das mulheres e será referido aqui como o *quintum* (Q) da fecundidade. No caso do primeiro nascimento, usamos duas outras medidas, que são os nascimentos ocorridos aos sete meses, B7, e aos nove meses, o B9, que são estimativas de concepções pré-maritais. Também as medidas B15 e B30 são apresentadas como indicadores de nascimentos ocorridos aos 15 e 30 meses, respectivamente, desde o início do intervalo. TUKEY, John. *Exploratory Data Analysis*. Wesley, Massachussets: Addison, 1978.

A maior "desordem" dos eventos, com a concepção precedendo a união, e a menor duração dos papéis de mãe e esposa entre as mulheres pretas e pardas, resultantes sobretudo de uma maior mortalidade mas também de diferentes padrões de casamento, separações e divórcios, complementam o quadro das desigualdades raciais em termos das trajetórias familiares das mulheres. As diferentes estratégias no processo de formação da família por raça assumem particular importância quando vistas na perspectiva mais global do curso de vida das mulheres. Por exemplo, na relação que isto guarda com a dimensão trabalho na trajetória de vida da mulher. Sabe-se que a atividade econômica da mulher varia sensivelmente quando a mulher se torna mãe e ainda mais quando ela tem mais de um filho. Sabe-se também que as taxas de participação feminina são mais elevadas quanto maior o nível de instrução da mulher[19].

Finalmente, caberia dizer que, ao construir suas trajetórias, as mulheres chefes ou não de famílias não são recipientes passivos das mudanças e vítimas de forças estranhas a elas. De fato, as mulheres chefes, apesar de sujeitas a muitas restrições, têm suas próprias resistências e lutas. Entretanto, é nas especificidades de cada contexto que se pode entender como a discriminação e as condições materiais interatuam, bem como classe e gênero são interconectados e estruturadores dos arranjos familiares.

A complexidade dos processos associados às mudanças e permanências nas estruturas familiares brasileiras

Um Brasil crescentemente urbano e com ciclos econômicos variados é marcado por profundas transformações sociais, econômicas e comportamentais nas últimas duas décadas. Os anos 70, identificados como uma "década devoradora de padrões", teriam assentado as bases para uma nova fase "de modernização das relações de trabalho e familiares, e pela constituição de parâmetros morais de uma excludente cultura de massas"[20]. Neste processo de mudanças a família participa ativa e intensamente e suas estruturas refletem a emergência de novas formas de relações entre os sexos e de expressões da afetividade.

A rapidez e os níveis das mudanças, gerando um contexto novo de oportunidades e necessidades sociais, responderiam pela aceitação de valores e confrontos intergeracionais, que ultrapassaram as expectativas. A adequação entre valores e práticas sociais ocorre de forma extremamente

---

[19] BRUSCHINI, Maria Cristina. *Tendências da Força de Trabalho Feminina Brasileira nos Anos Setenta e Oitenta: algumas comparações regionais* Texto da Fundação Carlos Chagas 1, 1989.

[20] RIBEIRO, Ivete e RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Família no Brasil: desafios de uma modernidade incompleta.* Projeto de estudos Sociedade Brasileira Contemporânea. Família no Brasil e Valores Permanências e Alterações, 1964-1984. Trabalho apresentado no seminário Família e a Modernidade Brasileira. Mudanças e Permanências, promovido pelo Centro João XXIII, em Paulo de Frontin, Rio de Janeiro, 21-24/11/1990.

desigual, e parecem ser os indivíduos das camadas médias urbanas e profissionais liberais os que primeiro buscam alternativas fora dos padrões institucionalizados, e em uma linha mais individualizante[21]. Há uma dissolução das fronteiras rígidas do "duplo padrão de moralidade", e surgem os modelos alternativos de relações entre os sexos e intra-familiares, que alimentam a discussão da chamada nova família[22]. Identificado com os setores médios da população, o modelo da "nova" família é largamente veiculado pelos meios de comunicação, aparece como objeto de preocupação da Igreja conservadora, orienta a nova legislação, mas é, sobretudo, vivenciado com ambigüidade de sentimentos pela população. Há um enfrentamento entre o "consumo" de aspectos inovadores no nível das relações individuais e um padrão "ideal" de relações intra-familiares, que permanece orientando os membros da família[23]. A "nova" família ultrapassa os limites da discussão acadêmica, na medida em que a mídia, particularmente a televisiva, divulga este modelo para a população em geral.

Na década de 80, a chamada "década perdida", a sociedade brasileira é marcada por um aprofundamento das desigualdades sociais - concentração de renda e drástica diminuição do salário para a maioria da população, e uma sofisticação do consumo para uma minoria - conformando um processo de modernidade excludente, onde se acirram as diferenças. Participante de um processo de mundialização não só econômico, mas também cultural, o Brasil recebe influências e sofre o impacto dos movimentos de grupos que lutam para afirmar sua identidade. Foram as mulheres, os pobres urbanos, os negros, os jovens e os idosos que, em um movimento crescente de afirmação da singularidade, marcaram seu espaço público e, no privado, reforçam a família, pois afinal é nela que se forjam suas identidades e trajetórias. Assim, nascem uma variedade de famílias: a Família das Mulheres, a Família Negra, a Família do Jovem, a Família do Idoso etc.

O fato de que as famílias não só respondem às transformações sociais, econômicas e demográficas mas também as geram, dificulta o entendimento das mudanças nas estruturas familiares brasileiras no tempo. A visão dicotômica, entre o tradicional e o moderno, tomando em conta modelos de família, elaborados com base nas classes dominantes (rurais) e classes médias (urbanas), já não satisfaz. Não só por suas limitações como modelos interpretativos associados a uma concepção de família e de tipologias de família, mas, também, porque obscurece a realidade da maioria das famílias brasileiras que pertencem às chamadas camadas populares.

---

[21] SALÉM, Tânia *Família em Camadas Médias: uma revisão da literatura recente. Boletim* do Museu Nacional 54, Nova Série Antropologia Rio de Janeiro, 1985.

[22] FIGUEIRA, Sérvulo (org.). *Uma Nova Família? o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

[23] DAUSTER, Tânia. A Invenção do Amor: amor, sexo e família em camadas médias urbanas. In FIGUEIRA, Sérvulo (org), *Uma Nova Família? o moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*, op. cit., p 99-111, 1985; ALMEIDA, Maria Izabel Mendes. A Nova Maternidade: uma ilustração das ambigüidades do processo de modernização da família In: FIGUEIRA, Sérvulo (org), op cit., p. 55-68, 1987.

O conhecimento acumulado sugere que, para a maioria das famílias brasileiras, as das chamadas camadas populares, são suas precárias condições de vida que maiormente responderiam por sua estrutura, ou seja, tamanho e organização interna[24]. As famílias mais pobres, sobretudo das periferias urbanas, vão se formando, expandindo e contraindo dentro de um quadro de precariedade de condições de vida que definiriam suas opções. Assim, tanto o fenômeno de ampliação dos núcleos familiares via integração de parentes ou não parentes, bem como o incremento das unidades plurifamiliares, responderiam, em grande medida, a fatores concretos de condições de vida desta população.

Nas famílias brasileiras das camadas médias urbanas não seriam as restrições materiais que responderiam primordialmente pelos arranjos familiares alternativos, mas a insatisfação com o modelo hegemônico em um contexto de abertura no leque das opções individuais e estilos de vida. A despeito da diversificação entre os segmentos médios da população e a associação disto com os padrões de consumo de bens materiais e simbólicos predomina o modelo nuclear conjugal entre as famílias das camadas médias. Ao mesmo tempo, aumentam as experiências de vínculos afetivo-sexuais variados e com moradias separadas, o contingente de mulheres optando pela maternidade fora da união formalizada e mesmo a opção pelo celibato entre homens e mulheres. As famílias das camadas médias estariam tornando-se mais igualitárias na medida em que homens e mulheres são percebidos como iguais enquanto indivíduos mas diferenciados pessoal e idiossincraticamente[25].

A família, ao mesmo tempo em que continua sendo vista como a instituição de maior confiabilidade passa a ser percebida, também, pela opinião pública, como uma instituição em decadência, e incapaz de seguir oferecendo o suporte afetivo e material desejado e necessitado pelos seus membros. As especulações sobre a precariedade e instabilidade da instituição familiar são reforçadas pela incapacidade do Estado em prestar os serviços sociais básicos às famílias carentes e seus dependentes. Legalmente, o Estado brasileiro deve oferecer suporte ao menor e aos idosos através de programas sociais, o que ajudaria a aliviar as pressões econômicas e pessoais das famílias. Entretanto, o que se observa, atualmente, é uma crescente deterioração dos serviços públicos. O Estado trata de minimizar ao máximo sua contribuição, e clama por mais ajuda da comunidade e da família para com seus dependentes.

---

[24] GOMES, Jerusa Vieira. Família Popular: mito ou estigma. *Travessia*, revista do migrante 9, ano IV, São Paulo, janeiro-abril, 1991; WOORTMANN, K. *A Família das Mulheres*. Rio de Janeiro/Brasília. Tempo Brasileiro/CNPQ, 1987; FAUSTO NETO, A. Q.. *Família Operária e Reprodução da Força de Trabalho*. Petrópolis: Vozes, 1982, BILAC, Elisabeth D. *Famílias de Trabalhadores. estratégias de sobrevivência*. Coleção Ensaio e Memória 9, São Paulo. Símbolo, 1978.

[25] FIGUEIRA, Sérvulo, op. cit..

A dinâmica demográfica, resultante do mesmo processo de transformações em curso no país, surge como outro elemento que reforça o sentimento de falência da família. Há uma tendência de homogeneização de aspectos vitais no quadro das profundas desigualdades econômico-sociais e culturais. Trata-se da generalizada e rápida queda das taxas de fecundidade, e dos aumentos na expectativa de vida, que causam impacto sobre a estrutura etária e a longevidade da população, gerando novos "tempos" individuais e familiares e criando novas etapas de ciclo familiar.

O Brasil praticamente dobrou sua população nos últimos 30 anos, passando de 72,6 para 150,4 milhões de habitantes. No mesmo período, 1960-90, o país passou de predominantemente rural para urbano, ou de 45% para 75% de sua população residindo em áreas urbanas. A dinâmica demográfica que gerou estas mudanças foi marcada por uma diminuição da taxa de fecundidade total de 6,2 para 3,3, e um aumento na esperança de vida de cerca de 13 anos, de 54 para 67 entre 1960-1990 (Tabela 13). Isto somado ao alargamento das diferenças de mortalidade por sexo, à diversificação nos tipos de união e ao aumento das separações e divórcios, estaria criando novas condições de reprodução para as famílias brasileiras. Entre as implicações desta dinâmica temos que, para nós brasileiros, hoje, aumentaram as chances de passarmos mais tempo como membros de uma família. Esta maior longevidade estaria propiciando, também, uma superposição dos papéis, bem como a convivência de diferentes gerações com efeitos sobre a redefinição das relações e responsabilidades ao interior da família[26].

Tabela 13: Brasil 1940/2005: Indicadores Demográficos

	1940/50	1950/60	1960/70	1070/80	1980/85	1990/95	2000/ 2005
TBM*	20.9	14.2	9.8	8.1	9.0	7.8	7.5 l
TBN**	44.4	43.2	38.7	33.0	30.0	24.2	21.5
TFT***	6.2	6.2	6.2	5.7	4.3	-	-
Taxa Cresc. Anual	2.39	2.99	2.89	2.48	2.10	1.64	1.40
e_o	43.6	49.6	53.7	59.1	-	-	-
% Pop. Urbana	31.2	36.2	45.1	55.9	67.6	-	-
População	41,165	51,942	70,070	93,139	120,564	146,317	170,815

Fontes IBGE, Anuários Estatísticos
*Taxa bruta de mortalidade **Taxa bruta de natalidade ***Taxa de fecundidade total

[26] GOLDANI, Ana Maria. Families in Later Years in Brazil. burdens of family caregiving to the elderly and the role of public policy. In. SAWYER, Diana e MCCRACKEN, Stephen (ed), *The Young and The Elderly issues on morbidity and mortality*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, Universidade Federal de Minas Gerais, 1992.

A análise das trajetórias de vida familiar das mulheres brasileiras mostrou que os efeitos de uma continuada melhoria da mortalidade tem compensando os efeitos das disrupções matrimoniais e da queda da fecundidade, possibilitando que uma proporção cada vez maior de mulheres alcance sua trajetória de vida familiar típica: estarem unidas e com filhos aos 50 anos. Nesta segunda metade do século, o ganho no tempo que uma mulher brasileira alguma vez unida passaria em uma família do tipo conjugal foi de três anos. Entretanto, estes ganhos foram ainda maiores, de quatro anos, no tempo que uma mulher passaria na condição de chefe de família só e com filhos. Estes aumentos são diferenciados por raça, e mostram que são as mulheres negras as que mais tempo passariam na condição de chefes de família.

A interpretação para o aumento das famílias chefiadas por mulheres vai na linha da modernização, industrialização e abertura no leque de opções para a mulher nos países ricos, e das más condições de vida gerando instabilidade familiar e nas relações pessoais, nos países pobres. Entre os processos de mudança, destacam-se as transformações demográficas, elevação das taxas de separações e divórcios, da expectativa de vida maior para as mulheres gerando mais viuvez feminina, bem como da crescente proporção de mulheres solteiras com filhos - bem como os processos de maior integração da mulher no mercado de trabalho, aumento da educação e diminuição da fecundidade, desigualdades de renda, raciais e regionais. Portanto, haveria que considerar tanto os fatores de crescentes opções para mulheres de determinados grupos, como as restrições que enfrentam outras para se estabelecerem como chefes de família. Ambos os fatores, ligados ao processo rápido de mudanças nos padrões sociais, políticos e econômicos em curso no país, oferecem subsídios para as interpretações do fenômeno de crescimento das famílias com chefes mulheres.

As tendências de mudança no perfil da população feminina brasileira são sugestivas dos vários desdobramentos que estariam contribuindo para que uma maior proporção de mulheres seja chefe de família. Há um aumento da participação feminina na força de trabalho remunerada, de cerca de 16% para 36% entre 1960 e 1984; uma melhoria no nível educacional, com um aumento de 17% para 34% das mulheres no nível secundário e um crescimento na proporção de mulheres com residência urbana, de 46% para 77%, para o mesmo período.

Verifica-se também uma mudança no perfil da mulher trabalhadora em termos de estrutura etária e *status* marital. Da tradicional predominância de solteiras nas faixas etárias menores de 25 anos até os anos 70, as taxas de participação nos anos 80 mostram que são as mulheres nas idades 30-39 anos, casadas, separadas/divorciadas e unidas consensualmente as que, respectivamente, mais incrementaram suas taxas de atividade. Também é um fato que as mulheres trabalham cada vez mais nas indústrias e deixam seu lugar

tradicional na agricultura para entrar em novos setores de serviços, mas que as diferenças de salário por sexo permanecem[27].

Portanto, mudaram as condições de reprodução da população, mudaram os padrões de relacionamento entre os membros da família, os modelos de autoridade estão em questionamento, a posição relativa da mulher alterou-se profundamente, e até mesmo a legislação redefiniu o conceito de família. De uma concepção legal estreita de família, onde só cabia um modelo de família legitimada pelo casamento com predominância do poder paterno e marital masculino, passa-se a algo mais próximo das práticas sociais vigentes. A mais recente Constituição, a de 1988, considera que, para efeitos de proteção do Estado, família é a união estável entre homem e mulher ou qualquer dos pais e seus descendentes. Neste conceito novo de família, ao enfatizar a necessidade de proteção aos dependentes - crianças, jovens e velhos -, a Constituição Brasileira reconhece o poder assimétrico entre os membros da família. Fica claro, ainda, que os direitos e deveres conjugais são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher (Cap. VII, art. 226, 3º, 4º e 5º). Estes princípios constitucionais, todos praticamente já regulamentados em lei, alteram o direito de propriedade das mulheres casadas, facilitam o divórcio, reconhecem os mesmos direitos legais dos filhos, independentemente da natureza da filiação, e estabelecem os direitos e obrigações individuais dos membros da família, segundo a posição que ocupam.

Perspectivas futuras da família brasileira

O quadro estatístico da família brasileira mostrou a consistência de uma diversidade que é característica da sociedade brasileira. As variações regionais, por segmentos sociais e por cor, foram e continuarão sendo importantes. Estas desigualdades, marcadas pelas diferenças de oportunidades econômicas individuais, delinearão a agenda de discussões sobre família nos anos 90. As relações familiares mostraram-se fundamentais, tanto no nível pessoal quanto como uma força potencial de organização e suporte para enfrentar as difíceis condições de vida.

As expectativas são de continuidade e funcionalidade destas relações e sugerem, mesmo, que os arranjos domiciliares futuros poderão cada vez mais obedecer às necessidades do grupo do que propriamente a critérios de parentesco. A preocupação maior será com o apoio emocional e social, e com as redes de suporte de amigos, vizinhos, colegas de trabalho etc, que poderão ser até mais importantes do que a rede familiar.

---

[27] BRUSCHINI, Cristina, op cit.; TELLES, V da S., op. cit

Entretanto, as reuniões familiares permanecem; os casamentos, festas de batizado e formatura, e o funeral continuarão sendo os pontos de encontro e reprodução do chamado "familismo" como ideologia. As novelas televisivas alimentam e alimentarão certos estereótipos de comportamento familiar mas, ao mesmo tempo, vendem e venderão a inovação e os novos estilos de vida. A coabitação como alternativa ao casamento se torna cada vez mais expressiva numericamente, e aceita legal e socialmente. A coabitação, mesmo tendendo à formalização legal ou a uma disrupção mais rápida, irá representar uma alternativa de união importante, para as pessoas em diferentes estágios do ciclo de vida familiar. As perspectivas de transformações sociais, econômicas e demográficas, apontam para mudanças no tamanho e uma diversificação ainda maior dos arranjos domésticos.

O tamanho das unidades domésticas e das famílias tende a diminuir, e esta diminuição estará determinada, cada vez mais, pela variação nos tipos de família e menos pela fecundidade. Isto irá variar de acordo com as regiões do país, mas será generalizado e mais forte nas regiões metropolitanas. Estes prognósticos têm por base as tendências de diversificação nos arranjos domésticos e familiares, os baixos níveis de fecundidade já alcançados no país e o aumento da esperança de vida.

Em termos de organização interna, observa-se que as separações e divórcios adicionam um grau de complexidade, na medida em que crescem os recasamentos. Isto somado às melhorias de saúde e extensão da longevidade aumenta as chances de uma complexidade maior ao se criarem novos estágios ao longo do ciclo familiar. Além das tendências de variação nos tipos de arranjos familiares, no futuro pesará ainda mais a prevalência e durabilidade dos tipos de família. A experiência de diferentes grupos de mulheres mostrou que os ganhos em mortalidade aumentaram esta durabilidade para as unidades conjugais brasileiras ao longo do século. Entretanto, este ganhos de duração foram ainda maiores para as famílias monoparentais, de mulheres com filhos. Portanto, os prognósticos são de que a relação de durabilidade nos tipos de família se altere. As mulheres brasileiras que, em 1984, esperariam passar 2/3 de sua vida adulta em arranjos familiares conjugais, passarão crescentemente mais tempo em arranjos familiares do tipo monoparentais.

O casal com filhos continuará diminuindo seu peso relativo e as famílias monoparentais passarão a fazer parte da experiência de vida, pelo menos, durante uma parte da infância dos brasileiros. Da mesma forma, o viver sozinho ou ficar solteiro por opção dentro de um *single lifestyle*, também será parte importante da vida urbana que está no horizonte dos brasileiros. Neste sentido a tendência seria de passagem da família para a chamada fase de pós-nuclearização, na qual o foco passaria do casal e filhos para o indivíduo. Processo este considerado por muitos como um

retrocesso e responsável pela crescente perda de importância da família como instituição mas por outros como parte das transformações relacionadas com a passagem de um modelo de "capitalismo industrial" para um "capitalismo de consumo", com a revolução nas tecnologias reprodutivas e com os movimentos de pós-modernismo cultural.

No longo prazo, as tendências de adiamento, menor intensidade e duração de casamentos e nascimentos desencadeará um processo de diminuição de uniões e do número de filhos por segmento, que afetará o ciclo de vida familiar. As famílias, hoje distribuídas com relativa uniformidade nos diferentes estágios de ciclo familiar, tenderão a concentrar-se em estágios mais avançados. Assim também, as alterações deverão ir na linha de um encurtamento da chamada fase de formação da família e um alargamento da fase de dispersão ou *empty nest*. Entre as implicações futuras está a liberação maior da mulher para a atividade econômica, ao diminuir seu tempo de criação de filhos; pois mesmo com um aumento das taxas de atividade feminina generalizada, mantém-se a tradicional relação entre menores taxas de atividade e mulheres com filhos pequenos. Da mesma forma, o alargamento do período em que o casal permanecerá sem filhos terá implicações específicas, tanto em termos de políticas sociais como para uma redefinição da dinâmica familiar.

Os prognósticos demográficos são de que a população brasileira alcançará cerca de 170 milhões nos inícios do século XXI, e que 80% destas pessoas estarão residindo em áreas urbanas. Ou seja, com uma redução de 30% na sua taxa de crescimento, mas com uma estrutura de partida ainda jovem, o país ganharia um contingente de cerca de 50 milhões de pessoas entre 1980-2000[28]. A queda da fecundidade, já em ritmo acelerado, responderá pelo menor crescimento da população em geral, e como tal determinará a diminuição relativa dos primeiros grupos de idade. Isto, de forma cumulativa ao longo deste final do século, afetará o crescimento dos grupos em idade ativa e os idosos, com estes últimos aumentando sua participação relativa na população e a carga de dependência com relação à população ativa.

A população brasileira que tinha em média 18,8 anos em 1950, e apenas 4,2% de pessoas com 60 anos e mais, chega em 1991 mais velha seis anos. Estimativas conservadoras para o ano 2000 indicam uma idade média da população que seria de 28,3, e a proporção de pessoas com mais de 60 anos alcançaria os 8,5% O anunciado processo de envelhecimento sugere uma crescente demanda por serviços públicos voltados para o

---

[28] CAMARANO, Ana Amélia, BELTRÃO, Kaizo e NEUPERT, Ricardo *Século XXI a quantas andará a população brasileira?* Texto para Discussão 5. Instituto de Planejamento e Pesquisa Econômica - IPEA e Instituto de Planejamento - IPLAN. Brasília, 1989.

atendimento da população idosa que, dependendo da região, vai exercer maior ou menor pressão sobre os serviços públicos. A família brasileira como tradicional fonte de suporte econômico e afetivo dos seus idosos será chamada a assumi-los ainda mais.

No quadro das transformações pelas quais passa a família, o maior número de membros idosos e as perspectivas de maior longevidade destes coloca a demanda por serviços e atendimento na família como uma sobrecarga. Diminui o número de membros da família potencialmente disponíveis para o atendimento, não só porque o tamanho de família vem caindo, mas também porque aumenta a participação destes no mercado de trabalho. No entanto, no futuro, mesmo que a família aumente o tempo do suporte que oferece a seus membros, isto não ocorreria sob o tradicional conceito de dependência. A contínua dependência da mulher com relação ao marido, dos filhos com os pais e vice-versa não se daria nos mesmos termos, posto que hoje mulheres e filhos jovens estão no mercado de trabalho e desafiam os esquemas de dependência e responsabilidades no interior do núcleo doméstico.

Entretanto, a persistência de um perfil demográfico relativamente jovem da população brasileira nas próximas décadas faz com que a geração de empregos continue como a variável chave do planejamento social. Paralelamente à necessidade de um maior dinamismo econômico e opções de novos empregos, aparece como fundamental a criação de mecanismos efetivos de proteção dos trabalhadores, particularmente dos trabalhadores não qualificados e das mulheres, ainda discriminadas. Isto apontaria para a necessidade de melhoria de programas de formação de recursos humanos, seguro desemprego, bem como a urgente prática das medidas constitucionais de "ação positiva" para a mulher trabalhadora. Ao gerar uma estrutura de oportunidades menos desigual, estas medidas contribuiriam para uma abertura no leque de opções individuais com impactos sobre a dinâmica familiar.

O modelo de desenvolvimento a ser seguido no país aparece como fundamental para o futuro da família brasileira. Ações políticas e econômicas devem orientar-se para o desenvolvimento das potencialidades e a criação de oportunidades para a população. Importante destacar que o papel decisivo do setor público em momentos críticos da economia na década passada apontou para o fato de que as forças do mercado por si só não asseguram um bom desenvolvimento humano, necessitando da intervenção do Estado.

Ainda no modelo de desenvolvimento, a questão do acesso às novas tecnologias aparece como fundamental na questão da reprodução da família. A incorporação das mudanças na tecnologia e seus efeitos talvez continuem sendo uma das áreas de maior impacto sobre as futuras mudanças na família. Fato que, no passado recente, pode ser ilustrado pela

importação da tecnologia médica e contraceptiva, cujos resultados afetaram a família, concretamente, via melhorias da mortalidade e controle da fecundidade. As limitações na adoção de invenções na área biológica certamente atrasaram seus impactos, mas há que ter presente as possibilidades do tipo reprodução in vitro, intervenção no desenvolvimento do feto, eutanásia etc. No campo dos direitos e responsabilidades que isto implica, a igualdade de gênero e de oportunidades aparece como um dos fatores decisivos na família do futuro.